

ÉTICA E RESPONSABILIDADE: estudo sobre a representação da homossexualidade no catálogo das bibliotecas da Universidade de Coimbra

ETHICS AND RESPONSIBILITY: a study on the representation of homosexuality in the catalogue of the University of Coimbra libraries

Inês Santos | Ana Lúcia Terra

<https://doi.org/10.21747/21836671/pag23a12>

Resumo: Os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) refletem os preconceitos predominantes da sociedade em que são concebidos. Consequentemente, categorizar algo é um processo sujeito a mudanças dependentes do clima sociopolítico de cada época. Este estudo tem como objetivo examinar, no catálogo das bibliotecas da Universidade de Coimbra (UC), as ocorrências do assunto homossexualidade através das notações da CDU usadas para representar esse conceito. Especificamente, pretendemos: (i) Mapear as notações atribuídas pelos bibliotecários da UC para representar o assunto homossexualidade; (ii) Analisar o papel da neutralidade na Organização do Conhecimento, com foco nos SOC de tipo categorial, em especial na CDU; (iii) Evidenciar alguns viés dos Sistemas de Organização do Conhecimento, com foco nos SOC de tipo categorial. Como resultados acredita-se que a atribuição da notação 616.89, que teve o maior número de registos, cerca de 200, foi influenciada pelo conteúdo do título; se o título relaciona a homossexualidade com questões de doença mental, consequência da data da publicação e do local da publicação, os bibliotecários da UC limitaram-se a refletir o conteúdo da obra como um todo. Possíveis soluções para contornar as fragilidades dos SOC apontam, por exemplo, para o seu uso combinado com instrumentos de indexação colaborativa, ou com a criação de vocabulários controlados, como por exemplo, ontologias e taxonomias.

Palavras-chave: Ética na catalogação; Homossexualidade; Organização do Conhecimento; Sistemas de Classificação.

Abstract: Knowledge Organization Systems (KOS) reflect the prevailing prejudices of the society in which they are conceived. Consequently, categorizing something is a process subject to change depending on the socio-political climate of each era. The aim of this study is to examine the occurrences of the subject homosexuality in the catalogue of the University of Coimbra (UC) libraries through the notations of the CDU used to represent this concept. Specifically, we intend to: (i) Map the notations attributed by UC librarians to represent the subject homosexuality; (ii) Analyse the role of neutrality in Knowledge Organization, focusing on categorical KOS, especially the CDU; (iii) Evidence some biases of Knowledge Organization Systems, focusing on categorical KOS. As a result, it is believed that the assignment of the notation 616.89, which had the highest number of records, around 200, was influenced by the content of the title, because if the title relates homosexuality to issues of mental illness, as a result of the date of publication and the place of publication, the UC librarians simply reflect the content of the work as a whole. Possible solutions to overcome the weaknesses of KOS point, for example, to their use in combination with collaborative indexing tools, or with the creation of controlled vocabularies, such as ontologies and taxonomies.

Keywords: Ethics in cataloguing; Homosexuality; Knowledge organization; Classification systems.

Introdução

A ética participa nas decisões e nas atividades do ser humano, seja no âmbito da vida pessoal, profissional ou escolar e, nessa medida, é uma conduta individual perante a sociedade (MORENO, 2015). A ética conduz naturalmente aos conceitos relacionados à moral e valores (SNOW e SHOEMAKER, 2020). Koehler (2003) aborda a ética como um

conjunto de valores, os quais se constituem como uma subcategoria da moral que enumera crenças e condutas específicas. Nesta perspectiva, a ética é a aplicação de valores partilhados por um determinado grupo. Sendo a ética uma forma de conduta socialmente estabelecida, o bibliotecário também possui padrões éticos a serem seguidos (MORENO, 2015). Considerando que os processos de organização do conhecimento, nos quais se incluem a catalogação, a classificação e a indexação, fazem parte do ecossistema de informação, estes enquadram-se naquilo que a tradição anglo-saxónica designa de *cataloging ethics* (SNOW e SHOEMAKER, 2020), no que pode ser traduzido como ética da catalogação. Cada decisão do bibliotecário tem um impacto ético e esses impactos importam porque a catalogação carrega poder, já que os bibliotecários podem deliberadamente, ou não, esconder ou mostrar materiais por meio das escolhas descritivas, tanto da forma como do conteúdo, que fazem (MARTIN, 2021; PENA, 2022).

Na Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, de 2016, da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), os princípios que regem as decisões dos bibliotecários, na prática da catalogação, devem ser vários, mas ressaltamos o interesse do utilizador, no sentido em que devem ser feitos todos os esforços para manter todos os dados compreensíveis e adequados para os utilizadores, isto é, as decisões relativas à criação das descrições de forma e de conteúdo e as formas autorizadas dos nomes para os pontos de acesso, devem ser decididas tendo em mente o utilizador (BERTOLINI *et al.*, 2016). Já o Código de Ética da IFLA para Bibliotecários e Outros Profissionais da Informação destaca a neutralidade, integridade pessoal e competências profissionais, de acordo com as quais o bibliotecário deve adotar uma postura imparcial em relação à coleção bem como evitar que as suas convicções pessoais interfiram na tomada de decisão (INTERNATIONAL..., 2019).

Então o que é a ética na catalogação? O Cataloging Ethics Steering Committee (CESC), da American Library Association, definiu ética da catalogação como *principles and values that provide an intentional decision-making framework for those who work in cataloguing or metadata positions* (AMERICAN..., 2021:6). Na sua base, a ética da catalogação centra-se na questão do papel do bibliotecário em relação ao utilizador que procura a informação, aos criadores dessa informação e àqueles sobre os quais a informação é criada (MARTIN, 2021). Apesar de não haver consenso sobre a definição da ética da catalogação, Snow e Shoemaker (2020) alertam para a importância da conscientização sobre estas questões para que no futuro os bibliotecários possam trabalhar como uma comunidade para abordar estes desafios.

Tanto o Código de Ética da IFLA como o Código de Ética elaborado pelo CESC abordam o papel da neutralidade tanto na representação formal ou descritiva como na representação de assunto ou temática. Os defensores da neutralidade preferem registar o que é visível apenas no *item*, considerando assim estar a eliminar o viés pessoal do bibliotecário (YON e WILLEY, 2022). Por outro lado, Wenzler (2019) discute a neutralidade como a prática dos bibliotecários abandonarem os seus preconceitos com o intuito de fornecerem o acesso objetivo ao conhecimento. Porém os bibliotecários, como indivíduos, têm a sua própria visão do mundo, a qual é inerente aos limites da sua realidade, pelo que, por esse motivo, as suas decisões são inevitavelmente tendenciosas (MARTIN, 2021). Outro ponto de vista centra-se na neutralidade não como uma representação imparcial, mas sim como uma reprodução das normas e da cultura dominante (MARTIN, 2021). O papel da neutralidade na catalogação, classificação e indexação, ou seja, tanto na representação formal como na

representação de assunto, levanta um debate em torno da existência da própria neutralidade, se ela é possível, e se é desejável.

Os defensores de que o bibliotecário deve ser neutro dão importância à apresentação equitativa de todos os pontos de vista, estes reconhecem que existe preconceito nos sistemas de classificação e argumentam que o preconceito deve ser abordado através de um maior compromisso com a neutralidade (FERRIS, 2008; CANNASCATI, 2011; MORENO, 2015; WENZLER, 2019; SNOW e SHOEMAKER, 2020; SNOW e DUNBAR, 2022; MCADIE *et al.*, 2023). Em contrapartida, há quem advoga que o preconceito não pode ser abordado por meio da neutralidade e que desconstruir o preconceito dentro dos sistemas de classificação existentes também não é neutro, embora seja eticamente necessário (MACDONALD e BIRDI, 2020).

De acordo com Martin (2020), todos os sistemas de classificação refletem os preconceitos da cultura que os criou, considerando que a verdade universal é sempre construída pela sociedade em que existe, e por esse motivo é sempre condicionada ao contexto dessa sociedade. Na mesma linha de raciocínio, Bowker e Star (1999) acrescentam que nenhuma classificação organiza a realidade para todos, pois todos vivem a sua realidade que é diferente de indivíduo para indivíduo, para os autores o problema aparece quando se assume ou declara um ponto de vista neutral, mas as categorias valorizam certos pontos de vista e silenciam outros. Higgins (2016) argumentou que a classificação da Biblioteca do Congresso, continua a refletir a realidade política e as aspirações próprias dos Estados Unidos no final do século XIX. Olson (2009), numa perspectiva mais abrangente dos sistemas de classificação, complementa identificando dois problemas com os sistemas de classificação: i) falta de linguagem inclusiva; b) suposições tendenciosas em relação ao sexo.

Perante todos estes dilemas suscitados pela questão da neutralidade na ética da catalogação, cabe agora elencar alguns dos problemas dos sistemas de classificação no século XXI encontrados na literatura científica.

Um dos problemas mais citados refere-se às formas autorizadas de assunto, já que os títulos podem, por um lado, incluir termos pejorativos para um determinado grupo social e por outro incluir termos imprecisos, provocando insatisfação por parte destes grupos sociais (MARTIN, 2020). Contudo, os sistemas de classificação baseiam-se no conceito de garantia literária (FERRIS, 2008), que para Lima (2022:180):

“é um princípio ou um elemento utilizado pelos designers/classificacionistas para selecionar e validar termos/conceitos da literatura de um domínio do conhecimento para construção de sistema de classificação/sistema de organização do conhecimento, sendo esses termos considerados relevantes somente se tiverem uma expressiva representatividade na literatura da área”.

Já na opinião de Higgins (2016), a justificação para a presença de termos pejorativos numa classificação radica no facto de, na literatura publicada, predominar essa terminologia pejorativa. Desta forma, podemos dizer que a garantia literária reproduz as estruturas de poder que marginalizam determinadas comunidades e ou ideias.

Na Lista de Encabeçamentos de Matérias da Biblioteca do Congresso constava o descritor “imigrantes ilegais” (MARTIN, 2020), expressão considerada ofensiva e pouco rigorosa. Neste pressuposto, houve uma proposta, dirigida pelos estudantes do Dartmouth College,

para que a Biblioteca do Congresso alterasse esta entrada (MARTIN, 2020). Em 2021, a Biblioteca do Congresso procedeu à mudança para “Imigração não autorizada” (SNOW e DUNBAR, 2022).

Outro exemplo é o termo “afro-americanas” em coleções de fotografias, mencionando a raça apenas quando a pessoa não é branca (YON e WILLEY, 2022), além de não haver necessidade de classificar estas pessoas como americanas. Este tipo de formulação, sustenta uma visão do mundo muito particular que tem o potencial de moldar perspetivas (SNOW e DUNBAR, 2022).

Doyle, Lawson e Dupont (2015) analisam a maneira como a Classificação Decimal de Dewey lida com a religião, onde o cristianismo ocupa 86% das classes enquanto todas as outras religiões do mundo são classificadas com apenas 14% das notações restantes.

Outro exemplo de enviesamento no sistema de classificação da Biblioteca do Congresso são as questões relacionadas com as mulheres na área temática “família” e “casamento” negando o papel das mulheres fora da esfera doméstica (SNOW e DUNBAR, 2022).

Martinez-Ávila e Guimarães (2013) comentam que os sistemas de classificação, como o da Biblioteca do Congresso e a Classificação Decimal de Dewey, foram criados no final do século XIX com base na literatura existente nos Estados Unidos, e por esse motivo refletem, segundo os autores, uma visão branca, dominada por homens, colonial e cristã. Sendo esta constatação uma evidência, Snow e Dunbar (2022) salientam que o catálogo de uma biblioteca não se faz num dia, nem num ano, e mesmo quando os bibliotecários reconhecem problemas nos sistemas de classificação, a mudança de terminologia de longa data não é direta nem simples.

Por seu lado, Pena (2022) argumenta que os sistemas de classificação refletem normas culturais que são prejudiciais a povos e culturas não dominantes como pessoas LGBTQ+, minorias raciais e étnicas, minorias religiosas e pessoas de países não ocidentais. Martin (2021) afirma que cada pessoa é inevitavelmente tendenciosa, em consequência do seu contexto e experiência de vida. Então como é que os bibliotecários se posicionam face a estes esquemas de classificação? Já em 2013, Drabinski afirma que os bibliotecários têm defendido que os sistemas de classificação falham em organizar com precisão e respeito materiais sobre grupos sociais e identidades que carecem de poder social e político.

Objetivos e metodologia

Considerando este enquadramento teórico, a pergunta de investigação que norteou a pesquisa é a seguinte: Como é que os bibliotecários da Universidade de Coimbra (UC) estão a classificar o assunto homossexualidade, usando a Classificação Decimal Universal (CDU)?

Considerando o universo temático e o eixo de estudo apresentado, bem como a questão levantada, o objetivo geral da investigação tem como finalidade examinar no catálogo da UC como é que os bibliotecários classificam o assunto homossexualidade. Especificamente, pretendemos:

- i) Mapear as notações atribuídas pelos bibliotecários da UC para representar o assunto homossexualidade;
- ii) Analisar o papel da neutralidade na Organização do Conhecimento, com foco nos SOC de tipo categorial, em especial na CDU, com base num conjunto circunscrito de notações atribuídas num catálogo específico;
- iii) Discutir alguns vieses dos Sistemas de Organização do Conhecimento, com foco nos SOC de tipo categorial.

A escolha do método está fortemente ligada ao problema a investigar, à questão de pesquisa e aos seus objetivos. A literatura é abundante quanto aos paradigmas e métodos de investigação, não havendo consenso quanto à sua categorização (UGWU, EKERE e ONOH, 2021). Neste artigo, utilizámos o paradigma interpretativista, o qual estipula que os seres humanos não podem ser estudados do mesmo modo que os fenómenos físicos (YONG, HUSIN e KAMARUDIN, 2021). Neste paradigma, o método é qualitativo e apresenta as seguintes características: a) enfatiza estudo e a compreensão em profundidade de um determinado domínio, b) reconhece a natureza subjetiva das experiências humanas e considera a influência do contexto nos comportamentos, c) permite que os investigadores adaptem as suas abordagens com base em análises e descobertas contínuas (DEHALWAR e SHARMA, 2024). Este método é de natureza exploratória porque visa procurar explicar o “como” e o “porquê” de um fenómeno social (BIBI, KHAN, e SHABIR, 2022).

Para a pesquisa de informação, que sustentou o enquadramento teórico e a análise dos resultados, foram selecionadas as bases de dados Web of Science (WoS) e Library & Information Science Source (LIS), considerando que são capazes de fornecer um amplo e relevante levantamento da literatura científica (ZHU e LIU, 2020). Relativamente à recuperação da informação, as equações de pesquisas utilizadas foram: i) “ethics in cataloging” AND “neutrality” AND “classification systems”; ii) “Queer Theory” AND “critical cataloging”, iii) “critical cataloging”, AND (“Universal Decimal Classification” OR “UDC”). Com as seguintes refinações de resultados: a) filtros rápidos: acesso livre, b) línguas: português, inglês, francês e espanhol. A pesquisa foi realizada no período temporal compreendido entre novembro e dezembro de 2024.

Os documentos obtidos em cada base de dados foram exportados para o gestor bibliográfico Zotero. Após esta primeira fase, a segunda foi a seleção de textos, onde analisámos os títulos, as palavras-chave e os resumos, proporcionando uma seleção de textos suscetíveis de serem excluídos pelo teor do seu conteúdo não se enquadrar na pergunta de investigação. Os critérios de seleção foram os seguintes: a) os documentos candidatos à inclusão, cujo teor do seu conteúdo seja sobre o papel da neutralidade na catalogação bem como as fragilidades dos sistemas de classificação; b) examinámos as respetivas referências bibliográficas. Já os critérios de exclusão foram os seguintes: a) o teor do conteúdo não abordava a ética na catalogação; b) o teor do conteúdo não estava relacionado nem com a neutralidade na catalogação nem com os sistemas de classificação. Após a seleção dos documentos a serem analisados procedeu-se a realização de uma ficha de leitura para cada documento.

Para o estudo de caso, foi realizada uma pesquisa no Catálogo Integrado da Universidade de Coimbra no dia 24/11/2024. A pesquisa incidiu no campo ‘assunto’ com o termo “Homossexualidade”. Para conseguir realizar o levantamento foi elaborada uma tabela com os seguintes dados: título, notação da classificação, data de publicação, local de publicação. No total obtivemos cerca de 619 registos.

Resultados e discussão

Um dos nossos objetivos específicos é mapear a classificação atribuída pelos bibliotecários da UC para o domínio “homossexualidade”, usando a Classificação Decimal Universal (CDU), sistema que é usado pela maioria das bibliotecas de Instituições de Ensino Superior portuguesas, sendo utilizado para (1) representar e categorizar os assuntos dos documentos que compõem seus acervos e, em alguns casos, (2) organizar fisicamente esses mesmos documentos (SIMÕES, RODRÍGUEZ-BRAVO e FERREIRA, 2018).

No seu estudo, Vicente *et al.* (2024) listam as classificações onde aparece o conceito de “orientação sexual”, na edição portuguesa da CDU, publicada pela Biblioteca Nacional de Portugal, em 2005. Para o nosso estudo o foco é na homossexualidade, sendo elas:

- a) **055.3** Pessoas com características incertas, ambivalentes ou outras características sexuais, psicosexuais ou sociais (por exemplo, assexuais. Bissexuais. Intersexuais. Homossexuais. Lésbicas. Transsexuais. Travestis);
- b) **613.88** Higiene sexual. Educação sexual. Vida sexual. Excesso sexual. Libertino, libertinagem, promiscuidade. Prostituição. Moderação sexual. Abstinência sexual. Abstinência. Intersexualidade. Homossexualidade. Métodos contraceptivos;
- c) **616.89-008.44...** Psicopatologia sexual. Anormalidades psicosexuais. Inversões. Desvios sexuais, perversões... Satiríase. Ninfomania. Sadismo. Masoquismo. Inversões sexuais. Homossexualidade. Bissexualidade. Atos homossexuais de homens e mulheres. Lesbianismo.

Desta forma, os autores destacam que a homossexualidade é representada pelas mesmas notações que são usadas para representar doenças mentais, comportamentos sexuais que não são exclusivos de pessoas com orientações sexuais não heteronormativas e conceitos que são percebidos pela sociedade como pejorativos (VICENTE *et al.*, 2024).

Posto isto e depois da discussão sobre a neutralidade no processo de classificação, cabe agora mapear como os bibliotecários classificam este assunto. No que diz respeito às notações da CDU, a Tabela 1 pretende sintetizar as notações da CDU aplicadas pelos bibliotecários da UC.

Tabela 1 – Notações atribuídas pelos bibliotecários da UC

Notações	Frequência (N)	N (%)
008 (Civilização. Cultura. Progresso)	619	2 (0,3)
013 (Bibliografias coletivas)	619	1 (0,2)
061.3 (Congressos. Conferências. Encontros. Reuniões)	619	2 (0,3)
087.5 (Publicações para crianças e jovens)	619	1 (0,2)
1 (Filosofia. Psicologia)	619	3 (0,5)
133 (Ocultismo. Problemas do oculto)	619	2 (0,3)

141.7 (Sistemas filosóficos segundo a atitude em relação à sociedade)	619	1 (0,2)
123 (Liberdade. Necessidade. Indeterminismo. Acaso. Fatalismo)	619	1 (0,2)
159.9 (Psicologia)	619	24 (3,9)
27-447 (Atividade sexual e prática. Celibato)	619	6 (1)
303.1 (Metodologia geral da pesquisa social)	619	3 (0,5)
305 (Estudos de género)	619	109 (17,6)
314 (Demografia. Estudos da população)	619	4 (0,6)
316 (Sociologia)	619	68 (11)
321 (Formas de organização política. Estado como poder)	619	3 (0,5)
323 (Política interna)	619	5 (0,8)
325 (Abertura de territórios. Colonização)	619	1 (0,2)
331.1 (Teoria e organização do trabalho.)	619	1 (0,2)
342 (Direito público. Direito constitucional. Direito administrativo)	619	50 (8,1)
347 (Direito civil)	619	23 (3,7)
348 (Direito eclesiástico. Direito canónico)	619	1 (0,2)
355.48 (História militar. Campanhas. Guerras. Batalhas.)	619	1 (0,2)
364.69 (Problemas relacionados com a saúde. Incapacidades físicas. Dificuldades de mobilidade. Acamados)	619	1 (0,2)
392 (Usos e costumes na vida privada)	619	26 (4,2)
612.6.057 (Sexualidade. Diferenciação sexual. Origem dos sexos)	619	22 (3,6)
613.88 (Higiene sexual. Educação sexual. Vida sexual. Ambivalência sexual. Intersexualidade. Homossexualidade. Métodos contraceptivos)	619	21 (3,4)
616.89 (Psiquiatria. Psiquiatria patológica. Psicopatologia. Frenopatias. Anomalias mentais. Estados mentais mórbidos. Distúrbios de comportamento e emocionais)	619	200 (32,3)
616.9 (Doenças transmissíveis. Doenças, febres infecciosas e contagiosas)	619	4 (0,6)
618.4 (Nascimento. Entrega. Parto. Fisiologia do parto. Eutocia.)	619	2 (0,3)
79 (Divertimento. Espetáculos. Jogos. Desporto)	619	3 (0,5)
82 (Literatura)	619	28 (4,5)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A notação que apresenta maior número de registos é a 616.89 com 200 (32,3%) registos, em segundo lugar a notação 305 com 109 (17,6%) registos, em terceiro lugar a notação 316 com 68 (11%) registos e em quarto lugar a notação 342 com 50 (8,1%) registos.

Sendo impossível analisar neste artigo todas as notações com um elevado grau de exaustividade e especificidade o nosso foco será a notação 616.89. Na obra de Mendes e Simões (2002), as autoras afirmam que perante a impossibilidade de uma leitura do texto integral e para que se possa garantir que nenhuma informação pertinente é ignorada, o bibliotecário deve fazer incidir a sua análise nos pontos fundamentais da obra, sendo estas

o título, resumo, sumário, introdução, ilustrações e palavras sublinhadas. Desta forma, o passo seguinte foi analisar os títulos dos registos com a notação 616.89 e encontramos títulos como:

- “Homosexualité et psychopathies: étude clinique”;
- “Medicina legal: homossexualidade masculina através os tempos”;
- “La compensation psychique de l'état d'infériorité des organes suivi de le problème de l'homosexualité”;
- “Huérfanos biológicos: el hombre y la mujer ante la reproducción artificial”;
- “É inaceitável pretender-reconhecer uma realidade conjugal homossexual”.

Estes títulos refletem um debate muito antigo na Medicina sobre como definir a homossexualidade. Conforme Aries (1987), a Medicina tornou a homossexualidade uma doença, uma enfermidade possível de ser diagnosticada a partir de um exame clínico, e o homossexual como um anormal. Já para Socarides (1970), a homossexualidade é um distúrbio médico que atingiu proporções epidemiológicas, para o autor essa condição não é inata, mas é uma má adaptação adquirida e aprendida decorrente de uma identidade de género defeituosa nos primeiros estágios da vida, pois para este somente medos intensos na infância podem danificar e interromper o padrão masculino-feminino e, finalmente, levar ao desenvolvimento posterior da homossexualidade obrigatória. Não obstante, nos dias atuais ainda se verifica este debate, prova disso foi o estudo *Saúde em Igualdade: Pelo acesso a cuidados de saúde adequados e competentes para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans*, realizado com recurso a 600 inquéritos, feitos entre junho e novembro de 2014, pela ILGA (Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual e Transgénero), que constata que a homossexualidade ainda era, em 2014, considerada por alguns médicos uma doença que pode ser curada, especificamente em relação aos 249 inquiridos que estão a ser seguidos ao nível da saúde mental ou psicoterapia, pelo menos 27 pessoas afirmaram que o/a profissional de saúde lhes sugeriu que a homossexualidade é uma doença (INTERVENÇÃO..., 2015).

Outro dado obtido a partir dos registos bibliográficos do catálogo das Bibliotecas da UC foi a data de publicação. Como mencionado anteriormente, de forma a sermos exaustivas e específicas analisámos as datas de publicações da notação 616.89 e percebemos que a maioria dos registos se centram no ano de 2005 (Tabela 2).

Tabela 2 – Data de publicação dos registos com a notação 616.89

Data de publicação	Frequência (N)	N (%)
1999	200	7 (3,5)
2001	200	1 (0,5)
2004	200	1 (0,5)
2005	200	180 (90)
2010	200	2 (1)
2011	200	1 (0,5)
2013	200	2 (1)
2016	200	2 (1)
2018	200	1 (0,5)
2019	200	2 (1)
2022	200	1 (0,5)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em Espanha, durante a ditadura de Franco (1939-1975), houve forte repressão contra homossexuais, incluindo prisões específicas para condenados por legislação homofóbica (CORREIA, 2017). Em 1952, quando a Associação Americana de Psiquiatria publicou o seu primeiro *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*, a homossexualidade foi incluída como uma desordem mas, em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade desse manual (FRY e MACRAE, 1991; LAMBERG, 1998). Outro aspeto a ter em conta foi a inclusão do termo homossexualidade na lista de *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde* da Organização Mundial de Saúde como uma doença mental, o qual foi retirado dessa lista no final de 1990 (VIDALE, 2017). No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade como um desvio sexual (COUTO, 2010). Em Portugal, a homossexualidade deixou de ser considerada um transtorno, graças ao movimento global da Organização Mundial de Saúde e à queda do Estado Novo (AFONSO, 2022). Desta forma, os resultados do presente estudo, que apontam para um maior número de documentos em 2005 e 1999 podem ser relacionados com o contexto histórico e social descrito na literatura científica aqui apresentada, já que é nesta altura que o contexto histórico e social é marcado pela despatologização da homossexualidade, mudanças legislativas e ativismos e repressão histórica, neste período também decorreu a consolidação dos direitos LGBTQ+, a decisão da Organização Mundial da Saúde como catalisador e a globalização da luta pelos direitos dos homossexuais. Portanto, os resultados do estudo refletem um momento histórico em que as discussões sobre direitos LGBTQI+ estavam em alta, sendo impulsionadas por mudanças legislativas, sociais e culturais iniciadas nas décadas anteriores.

Um outro dado pertinente para juntar à equação é o local de publicação, onde obtivemos os seguintes resultados: Nova York com 165 (82,5%) registos, seguido de Portugal com cerca de 20 registos (10%) (C.f. Tabela 3).

Tabela 3 – Local de publicação dos registos com a notação 616.89

Local de publicação	Frequência (N)	N (%)
New York	200	165 (82,5)
Portugal	200	20 (10)
Espanha	200	13 (6,5)
França	200	2 (1)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Dado o contexto vivido em Nova York, como em grande parte dos Estados Unidos, até à década de 1960/1970 a homossexualidade era crime, particularmente em bares *gays* como o Stonewall Inn que era frequentemente alvo de violentes ataques de policia. Em 1969, ocorreu a revolta de Stonewall, onde uma série de protestos foram realizados pela comunidade LGBTQ+ em resposta aos ataques da polícia (ROSA, 2022). Já em Portugal, o Código Penal de 1852 é considerado a primeira legislação contemporânea que se aplica à homossexualidade, contudo não diretamente, pois as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram punidas através de outros crimes, como era o caso do “atentado ao pudor”, enquadrados no Código Penal de 1852 (AFONSO, 2024). Em 1912 a lei de 30 de julho de 1912, no seu art. 3º, condenava todos aqueles que se entregassem à prática de vícios contra a natureza (CASCAIS, 2020). A despenalização total da homossexualidade surgiria apenas com o Código Penal de 1982 (AFONSO, 2024). Desta forma os resultados

do presente estudo, que apontam para um maior número de documentos em Nova York e em Portugal, podem ser relacionados com o contexto histórico e social descrito na literatura científica aqui referida, sobre a criminalização e posterior descriminalização da homossexualidade em ambos os locais. O estudo reflete os momentos cruciais de mudança social e legal em relação aos direitos LGBTQ+ nesses locais, bem como o impacto duradouro desses eventos na produção de conhecimento e documentação sobre o tema.

Este fenómeno da notação da CDU refletir o título, a introdução e o sumário verifica-se também para os 109 registos com a notação 305 (estudo de género) como, por exemplo, “Género e ciências sociais”, “La question homosexuelle et transgenre”, “Combating discrimination on grounds of sexual orientation or gender identity” assim como para os 50 registos com notação 342 (Direito público. Direito Constitucional. Direito Administrativo) como por exemplo “Anti-gay hate crimes in South Africa”, “LGBT-Recht: Rechte der Lesben, Schwulen, Bisexuellen und Transgender in der Schweiz”, “Legal queerries: lesbian, gay and transgender legal studies”.

Estes dados analisados como um todo permitem-nos retirar algumas conclusões. Acredita-se que a atribuição da notação 616.89, que teve o maior número de registos, cerca de 200, foi influenciada pelo conteúdo do título. Ora, se o título relaciona a homossexualidade com questões de doença mental, que pode ser mais bem entendido à luz da data e do local de publicação, os bibliotecários da UC limitaram-se a refletir o conteúdo da obra como um todo. Esta questão da obra como um todo refletir termos pejorativos não é uma ideia nova, na revisão da literatura já a evidenciámos – o problema da garantia literária. Os sistemas de classificação refletem a literatura científica sobre um dado domínio. Se esse domínio durante muito tempo é retratado como uma doença mental, como é o caso da homossexualidade, é natural que os próprios catálogos das bibliotecas reflitam essa realidade.

A ideia do catálogo da biblioteca não ser neutro surgiu, em grande parte, devido ao movimento crítico da Biblioteconomia, que incentiva os bibliotecários a posicionarem-se criticamente relativamente às práticas das bibliotecas, particularmente em relação aos métodos de catalogação (BARR-WALKER e SHARIFI, 2019; MCAULIFFE, 2021). Este movimento abordou o problema do viés nessas estruturas essencialmente como um problema funcional (DRABINSKI, 2013).

Para Edge (2019), o movimento crítico da Biblioteconomia fez vários esforços para analisar os sistemas de catalogação e classificação. Um exemplo notável desse tipo de análise é a Teoria Queer que apresenta a ideia de que alterar os sistemas de classificação é um esforço contraditório que apenas apaga o discurso relevante ao mesmo tempo que falha em atender às necessidades de informação. Drabinski (2013) vê a necessidade de preservar a natureza hegemónica do catálogo para que ele possa servir como um lugar de resistência, onde o catálogo deve ser um documento histórico que desencadeie discussões e debates.

Por outro lado, Adler, Johnson e Rawson, Nichols e Cortez são todos defensores da criação de Sistemas de Organização do Conhecimento, como ontologias e taxonomias alternativas, combinada com catálogos de bibliotecas e OPAC existentes para tornar o conteúdo acessível e compreensível (EDGE, 2019; WATSON, 2020).

Na visão de Nichols e Cortez a solução para esta fragilidade é a ideia de combinar ontologias específicas com catálogos de bibliotecas e OPAC para tornar o conteúdo acessível e

compreensível (EDGE, 2019). A literatura sobre ética da catalogação reflete uma crescente percepção do preconceito. Para Crystal Vaughan, os preconceitos ainda existem e sempre existirão porque os sistemas linguísticos são representativos e não definitivos (VAUGHAN, 2018). Estas perspetivas suscitam o debate se o catálogo é de facto um organismo vivo ou se é simplesmente um reflexo do nosso passado muitas vezes hegemónico.

Conclusão

Quando os sistemas de organização do conhecimento são criados, eles refletem inerentemente os preconceitos predominantes da sociedade, categorizar algo é definir o que não é, mas o que algo é ou não é está sujeito a mudanças dependendo do clima sociopolítico. Consequentemente, a representação é uma construção fluida (VAUGHAN, 2018). No entanto, a forma como os assuntos e objetos são descritos e categorizados pode mudar a forma como são vistos, principalmente quando há uma suposição de neutralidade. Por outras palavras, o próprio sistema de classificação pode afetar a forma como se pensa sobre os objetos classificados.

Além dos pressupostos de neutralidade da catalogação, a necessidade de estabilidade no catálogo incentiva uma inércia e passividade que ossifica padrões e práticas, dificultando melhorias, mesmo quando os catalogadores reconhecem problemas nos instrumentos e nas práticas de representação de assunto, a mudança de estruturas e terminologia de longa data não é direta ou simples. Sendo necessário preservar a história do catálogo, há soluções para contornar estas dificuldades como seja o recurso à indexação colaborativa para contribuir com registos de autoridade de assunto, criar dentro das bibliotecas um setor de pedagogia da organização do conhecimento, isto é, um diálogo com os utilizadores de forma a explicar como a coleção está organizada e porquê, ou ainda a criação de ontologias e taxonomias alternativas, integrando-as em catálogos de bibliotecas e OPAC existentes.

Relativamente às linhas futuras do presente estudo, pretende-se realizar um inquérito por questionário à comunidade de bibliotecários das bibliotecas da Universidade de Coimbra para averiguar o nível de consciencialização dos vieses existentes nos sistemas de organização do conhecimento, em especial nas linguagens de tipo categorial.

Referências bibliográficas

AFONSO, R.

2024 A Perseguição legal à homossexualidade na Península Ibérica: Séculos XIX e XX. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. [Em linha]. 28:2 (2024) 363-384. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/11suc>.

AFONSO, R.

2022 *40 anos da descriminalização da homossexualidade em Portugal em perspetiva*. [Em linha]. Gerador, 2022 [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://gerador.eu/40-anos-da-descriminalizacao-da-homossexualidade-em-portugal-em-perspetiva/>.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Cataloging Ethics Steering Committee
 2021 *Cataloguing code of ethics*. [Em linha]. [S. l.]: ALA, 2021. [Consult. 22 nov. 2024].
 Disponível em: <https://alair.ala.org/server/api/core/bitstreams/9923a196-d345-4244-a07c-19450965f167/content>.

ARIES, P.

1987 Reflexões sobre a história da homossexualidade. In *Sexualidades ocidentais: Contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. Org. Philippe Ariés, André Béjin. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 77-92.

BARR-WALKER, J.; SHARIFI, C.

2019 Critical librarianship in health sciences libraries: An introduction. *Journal of the Medical Library Association*. [Em linha]. 107:2 (2019) 258-264. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/jmla.2019.620>.

BERTOLINI, M. V. [et al.]

2016 Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC). [Em linha]. [S. l.]: IFLA, 2016. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf.

BIBI, H.; KHAN, S.; SHABIR, M.

2022 A Critique of research paradigms and their implications for qualitative, quantitative and mixed research methods. *Webology*. [Em linha]. (2022) 7:321-7.335. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.webology.org/abstract.php?id=2366>.

BOWKER, G. C.; STAR, S. L.

1999 *Sorting things out: Classification and its consequences*. [Em linha]. Cambridge: MIT Press Direct, 1999. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.7551/mitpress/6352.001.0001>.

CANNCASCIATO, D.

2011 Ethical considerations in classification practice: A case study using creationism and intelligent design. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 49:5 (2011) 408-427. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2011.589221>.

CASCAIS, F.

2020 Portugal 1974-2010: Da Revolução dos Cravos ao bouquet do casamento. *Mélanges de la Casa de Velázquez*. [Em linha]. Nouvelle série, 50:1 (2020) 163-187. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/mcv.12442>.

CORREIA, A.

2017 O Estado Novo e a repressão da homossexualidade, 1933-1943. *História*. [Em linha] 70 (2017) 161-181. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.2669>.

COUTO, R.

2010 *Há 20 anos, a OMS tirou a homossexualidade da relação de doenças mentais*. [Em linha]. (2010). [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/05/16/interna-brasil.192631/ha-20-anos-a-oms-tirou-a-homossexualidade-da-relacao-de-doencas-mentais.shtml>.

DEHALWAR, K.; SHARMA, S. N.

2024 Exploring the distinctions between quantitative and qualitative research methods. *Zenodo*. [Em linha]. (2024). [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://doi.org/10.5281/ZENODO.10553000>.

DOYLE, A. M.; LAWSON, K.; DUPONT, S.

2015 Indigenization of Knowledge Organization at the Xwi7xwa library. *Journal of Library and Information Studies*. [Em linha]. 13:2 (2015) 107-134. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14288/1.0103204>.

DRABINSKI, E.

2013 Queering the catalog: Queer theory and the politics of correction. *The Library Quarterly*. [Em linha]. 83:2 (2013). [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10/f4rjgb>.

EDGE, S. J.

2019 A Subject “Queer”-y: A literature review on subject access to LGBTIQ materials. *The Serials Librarian*. [Em linha]. 75:4 (2019) 81-90. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/0361526X.2018.1556190>.

FERRIS, A. M.

2008 The Ethics and integrity of cataloging. *Journal of Library Administration*. [Em linha]. 47:3-4 (2008) 173-190. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01930820802186514>.

FRY, P.; MACRAE, E.

1991 O Que é homossexualidade. *Coleção Primeiros Passos*. [Em linha]. 1991. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869768/mod_resource/content/0/O%20que%20%C3%A9%20Homossexualidade%20-%20Peter%20Fry%20e%20Edward%20MacRae.PDF.

HIGGINS, M.

2016 Totally invisible: Asian American representation in the Dewey Decimal Classification, 1876-1996. *Knowledge Organization*. [Em linha]. 43:8 (2016) 609-621. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2016-8-609>.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS

2019 *Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação*. [Em linha]. 2019. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/faife/codesofethics/portuguesecodeofethicsfull.pdf>.

INTERVENÇÃO LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL E TRANSGÊNERO

2015 Para alguns médicos, a homossexualidade é uma doença. *Observador*. [Em linha]. (2015). [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://observador.pt/2015/03/25/alguns-medicos-homossexualidade-doenca/>.

KOEHLER, W.

2003 Professional values and ethics as defined by “The LIS Discipline”. *Journal of Education for Library and Information Science*. [Em linha.] 44:2 (2003) 99-119. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/40323926>.

LAMBERG, L.

1998 Gay is okay with APA Forum Honors Landmark 1973 Events. *JAMA*. [Em linha]. 280:6 (1998) 497-499 [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jama.280.6.497>.

LIMA, G. Â.

2022 A Garantia literária na representação do conhecimento. *Fronteiras da Representação do Conhecimento*. [Em linha]. 1:2 (2022) 164-195. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/60674>.

MACDONALD, S.; BIRDI, B.

2020 The Concept of neutrality: A new approach. *Journal of Documentation*. [Em linha]. 76:1 (2020) 333-353. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JD-05-2019-0102>.

MARTIN, J. M.

2021 Records, responsibility, and power: An overview of cataloging ethics. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 59:2/1 (2021) 281-304. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1871458>.

MARTINEZ-ÁVILA, D.; GUIMARÃES, J. A.

2013 Library classifications criticisms: Universality, poststructuralism and ethics. *Scire*. [Em linha]. 19:2 (2013) 21-26. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <http://doi.org/10.54886/scire.v19i2.4081>.

MCADIE, D. R. [et al.]

2023 Toward evidence-based cataloging ethics: Research, practice and training in Knowledge Organization. *Proceedings of the Association for Information Science and Technology*. [Em linha]. 60:1 (2023) 808-812. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://doi.org/10.1002/pr2.866>.

MCAULIFFE, B.

2021 Queer identities, queer content and library classification: Is 'Queering the Catalogue' the answer? *Journal of the Australian Library and Information Association*. [Em linha]. 70:2 (2021) 213-219. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/24750158.2021.1915618>.

MENDES, M. T.; SIMÕES, M. G.

2002 Indexação por assuntos. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 8 (2002) 7-74. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/20805/1/Indexacao%20por%20assuntos.pdf>.

MORENO, E. A.

2015 La Ética en el servicio de catalogación: una revisión bibliográfica. *Biblios: Journal of Librarianship and Information Science*. [Em linha]. 55 (2015) 51-59. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.5195/biblios.2014.171>.

OLSON, N. B.

2009 Cataloging three-dimensional artefacts and realia. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 31:3-4 (2009) 139-150. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em https://doi.org/10.1300/J104v31n03_01.

PENA, R. A.

2022 Cataloguing ethics: a world overview and a focus on Portugal: literature review. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*. [Em linha]. 3ª série, 18 (2022) 3-17. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/paginasueb/article/view/11628>.

ROSA, R.

2022 Dia do orgulho LGBTQIA+: O que foi a revolta de Stonewall que deu origem à comemoração. *BBC News Brasil*. [Em linha]. (2022). [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48432563>.

SIMÕES, M. G.; RODRÍGUEZ-BRAVO, B.; FERREIRA, C.

2018 *Dos princípios da Classificação Decimal Universal a uma prática harmonizada*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2018. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1378-9>.

SNOW, K.; DUNBAR, A. W.

2022 Advancing the relationship between critical cataloging and critical race theory. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 60:6/7 (2022) 646-674. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2022.2089936>.

SNOW, K.; SHOEMAKER, B.

2020. Defining cataloging ethics: Practitioner perspectives. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 58:6 (2020) 533-546. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1795767>.

SOCARIDES, C. W.

1970 Homosexuality and Medicine. *JAMA*. [Em linha.] 212:7 (1970) 1.199-1.202. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jama.1970.03170200063009>.

UGWU, C. I.; EKERE, J. N.; ONOH, C.

2021 Research paradigms and methodological choices in the research process. *Journal of Applied Information Science and Technology*. [Em linha]. 14:2 (2021) 116-124. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://www.jaistonline.org/14vol2/12.pdf>.

VAUGHAN, C.

2018 The Language of cataloguing: Deconstructing and decolonizing systems of organization in libraries. *Dalhousie Journal of Interdisciplinary Management*. [Em linha]. 14 (2018) 1-15. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.5931/djim.v14i0.7853>.

VICENTE, P. [et al.]

2024 Prejudice but no pride: The Portuguese Universal Decimal Classification's labelling of sexual orientation. *IFLA Journal*. [Em linha]. 50:1 (2024) 108-117. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03400352231205712>.

VIDALE, G.

2017 Por que considerar a homossexualidade um distúrbio é errado. *VEJA*. [Em linha]. (2017). [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/por-que-considerar-a-homossexualidade-um-disturbio-e-errado/>.

WATSON, B. M.

2020 There was sex but no sexuality: Critical cataloging and the classification of asexuality in LCSH. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 58:6 (2020) 547-565. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1796876>.

WENZLER, J.

2019 Neutrality and its discontents: An essay on the ethics of Librarianship. *Portal: Libraries and the Academy*. [Em linha]. 19:1 (2019) 55-78. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/pla.2019.0004>.

YON, A.; WILLEY, E.

2022 Using the Cataloguing Code of Ethics Principles for a retrospective project analysis. *Cataloging & Classification Quarterly*. [Em linha]. 60:1 (2022) 112-137. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2021.2012310>.

YONG, W.; HUSIN, M.; KAMARUDIN, S.

2021 Understanding research paradigms: A scientific guide. *Journal of Contemporary Issues in Business and Government*. [Em linha]. 27: 2 (2021) 5.857-5.865. [Consult. 22 nov. 2024] Disponível em: <https://doi.org/10.47750/cibg.2021.27.02.588>.

ZHU, J.; LIU, W.

2020 A Tale of two databases: the use of Web of Science and Scopus in academic papers. *Scientometrics*. [Em linha.] 123 (2020) 321-335. [Consult. 22 nov. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03387-8>.

Inês Santos | nes.santos@hotmail.com

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras, Portugal

Ana Lúcia Terra | anatterra@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras / CEIS20, Portugal